

NARRAR OUTRAS MEMÓRIAS, CONTAR OUTRAS HISTÓRIAS: MUSEU, COMUNIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

LEANDRO BARBOSA¹
MARIA ANGÉLICA ZUBARAN²

RESUMO

Este trabalho analisa as memórias sociais de moradores do entorno do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Pretende-se potencializar as relações sociais entre o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e a comunidade do seu entorno e possibilitar ao Museu tornar-se um local de preservação de memórias coletivas e de valorização dos patrimônios culturais cotidianos dos moradores da cidade.

Palavras-chave: Memórias sociais, patrimônio cultural, história oral, museus.

ABSTRACT

This paper analyzes the social memories of the residents surrounding the Museum of Porto Alegre Joaquim Felizardo. We intended to emphasize the social relationships between the Museum and the community around it enable the Museum to become a place of preservation for issues related to the collective memories and the everyday cultural heritage of the citizens of the cities.

Keywords: Collective memories, cultural heritage, oral history, museums.

Esse trabalho resulta de um projeto de escuta e registro das memórias sociais de moradores do entorno do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Pretende-se mapear as referências culturais mais recorrentes reconhecidas por esses sujeitos sociais e os significados que atribuem aos seus patrimônios culturais.

O objetivo central da pesquisa é registrar as memórias individuais e coletivas de moradores mais antigos do

entorno do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo sobre o patrimônio cultural da comunidade onde se insere o Museu. Busca-se potencializar a função social do Museu, aproximando-o da comunidade e fortalecendo os laços de pertencimento dos moradores do bairro com o Museu. Trata-se de uma análise cultural em que as memórias de moradores do entorno do Museu são interpretadas enquanto representações do patrimônio cultural da cidade. Parte-se do pressuposto teórico de

¹ Teólogo e Acadêmico do Curso de História/ULBRA – Bolsista PROICT/ULBRA;

² Professora-Orientadora do Curso de História e do Mestrado em Educação/ULBRA (angeliczubaran@yahoo.com.br)

que as referências culturais sobre a cidade extrapolam as características físicas do patrimônio cultural material e se constituem também nas memórias sociais dos vários grupos sociais, étnicos e culturais que habitam as cidades. Preservar essas memórias é preservar os significados e valores que os diferentes habitantes de Porto Alegre atribuem as suas práticas cotidianas e ao patrimônio cultural da cidade, além de contribuir para a ampliação dos vínculos entre o Museu e a comunidade local.

O próprio Plano Nacional Setorial dos Museus, nas suas diretrizes para 2010-2020, recomenda fomentar “o diálogo entre o museu e a comunidade” e privilegiar “as pesquisas no âmbito da história local, utilizando depoimentos orais como instrumento de acesso a outras fontes de pesquisa” (PNSM 2010/2020, p. 91-92). Compartilhamos com Durval Muniz de Albuquerque Júnior a noção de que “a história oral contribui de forma inequívoca para que novas falas sejam encenadas pelos historiadores (...) para que novos olhares sobre o passado sejam possíveis” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 234). Daí a importância do registro de testemunhos orais para a construção de outras memórias e outras histórias como parte dos acervos dos museus. Acreditamos que são as narrativas orais das comunidades do entorno dos Museus de cidade, que vão construir memórias plurais e democratizar os museus. Nessa caminhada, há uma série de pressupostos teóricos que nos auxiliam a melhor entender os meandros da História Oral.

Estudiosos da História Oral, como Alistair Thomson (1997), Alessandro Portelli (1997), Verena Alberti (2005), José Carlos Meihy e Fábíola Holanda (2010) argumentam que as narrativas de História Oral não são representações exatas do passado, mas trazem aspectos desse passado, entrelaçando de modo inseparável, dados objetivos e subjetivos das experiências individuais e coletivas dos sujeitos. Também Alessandro Portelli (1997) argumenta que a memória não é um depósito passivo dos fatos, mas um processo de criação de significações. De acordo com o autor a credibilidade das fontes orais é diferente, “a importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas como imaginação e simbolismo.” (PORTELLI, 1997, p. 35). Também Meihy e Holanda destacam que na História Oral, mais do que a verdade comprovada e aferível, o que se busca são as versões dos fatos, as construções narrativas, as idealizações que se repetem nos fatos narrados (MEIHY; HOLANDA, 2010).

Esses estudos seguem uma compreensão mais ampla das narrativas orais, que articula a História Oral com as memórias coletivas e as identidades e argumentam que as narrativas orais, quando consideradas em conjunto, possuem uma dimensão social e constituem o fundamento das memórias coletivas e das identidades. Verena Alberti

(2005) sublinha que a memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de continuidade de um grupo, isto é, para a sua identidade. Neste estudo de História Oral compartilhamos dos argumentos desses autores e entendemos que a História Oral se nutre das memórias sociais dos sujeitos que narram e é substrato de suas identidades e do patrimônio cultural das cidades.

Quanto à metodologia de pesquisa utilizada nesse projeto, trabalhamos com entrevistas semi-abertas, seguindo a abordagem da história de vida que registra as lembranças dos entrevistados, homens e mulheres ao redor dos 70 anos de idade, cujas experiências cotidianas transcorreram no entorno do Museu de Porto Alegre. Na escolha dos depoentes levou-se em conta que esses sujeitos sociais possuíam memórias relevantes sobre o entorno do Museu e disponibilidade e vontade de contribuir com o projeto. Três profissionais realizaram as entrevistas: o entrevistador, o assistente de entrevista e o operador de câmera. No início da entrevista se preencheu uma ficha de identificação contendo dados pessoais do entrevistado. Todas as entrevistas foram captadas em áudio e vídeo. No final de cada entrevista o depoente leu e assinou um Termo de Consentimento Informado, autorizando a divulgação do material. Após a entrevista um DVD foi gerado e em seguida se procedeu a transcrição do áudio. Entendemos que as narrativas orais desses sujeitos sociais são fundamentais para a preservação das memórias sociais e do patrimônio cultural do bairro Cidade Baixa.

Cidade Baixa designava, inicialmente, a região situada ao sul da colina da Rua Duque de Caxias. Ao longo do século XIX, o bairro compreendia uma região semi-rural, onde se localizavam inúmeras chácaras. A partir da metade do século XX, a população da região se expandiu e o bairro passou por inúmeras intervenções urbanísticas, na medida em que se tornou uma via de trânsito para inúmeros outros espaços da cidade. Charles Monteiro (2012) destaca que durante a década de 1970 ocorreram grandes transformações na Cidade Baixa, quando “as obras da I Avenida Perimetral cortaram em dois o antigo bairro, demolindo casas e eliminando antigas ruas” (MONTEIRO, 2012, p. 96).

Selecionamos para a presente análise as entrevistas realizadas com dois moradores do bairro Cidade Baixa, tanto pela densidade de seus relatos, como por representarem as duas etnias que mais contribuíram na formação do bairro: os descendentes de imigrantes italianos e os afrodescendentes. A seguir apresentamos as referências culturais mais recorrentes sobre o patrimônio cultural da cidade narradas por esses dois representantes da comunidade do entorno do Museu de Porto Alegre

Joaquim Felizardo: O Sr. Sérgio Traunetti e a Sra. Ieda Maria Juliana da Silva. Salientamos a dimensão social dessas memórias, na medida em que destacamos os pontos de intercessão de seus relatos, quando as suas narrativas orais convergem e são compartilhadas.

O Sr. Traunetti apresenta-se como descendente de imigrantes italianos, bancário aposentado, proprietário de várias casinhas antigas da Rua João Alfredo, apelidado “Barão da João Alfredo” pelos atuais locatários de suas casas, transformadas em bares que hoje fazem parte da vida noturna do bairro. Ele inicia sua narrativa contando as origens da sua família na Itália, perto de Nápoles, em Trevinho. Diz que sua mãe veio para o Brasil na época da gripe espanhola, quando “perdeu seis irmãos, para morar com uma tia, Maria Tortorelli, casada com Gerardo Tortorelli, que morava na esquina da Rua da República com a Rua José do Patrocínio” e que seu pai emigrou da Itália para Argentina e de lá veio para o Brasil pelo porto de Rio Grande e daí para Porto Alegre, onde foi contratado para cuidar do jardim da casa onde morava sua mãe (Entrevista 1- S.T.).

Joël Candau (2010) coloca que a presença marcante das origens na memória social imigrante facilita a construção de uma identidade de grupo e muitas vezes, funda as narrativas de imigrantes. O autor sublinha a importância da memória genealógica e familiar nas narrativas orais e destaca o papel da memória familiar como princípio organizador da identidade social. Na perspectiva apontada por Candau, também para dona Ieda a memória familiar serve como princípio organizador da sua narrativa de identidade, porém marcada pela religiosidade.

D. Ieda apresenta-se como Mãe Ieda de Ogum, babalorixá da terreira de umbanda situada na Baronesa do Gravataí, n. 94, próxima ao Museu. Conta que é filha de Laudelina de Oliveira Santos e João Viana. Lembra que sua mãe era doméstica e que seu pai trabalhava na Padaria Popular, que ficava em frente ao Cine Capitólio. Diz que sua mãe era filha de criação dos donos da padaria, que lavava para fora e atravessava a Redenção com a trouxa na cabeça e que sua mãe foi uma grande umbandista e que era da linha branca do Bezerra de Menezes. Relembra que a mãe “foi uma grande benzedeira, que curava cara quebrada, olho grande e que atendia muita gente”, que veio do Capitólio para o Areal da Baronesa e que faleceu com noventa e um anos, sem nunca sair da sua casinha na Rua Baronesa do Gravataí (Entrevista 1- I.S.).

Entre as memórias sociais comuns ao Sr. Traunetti e D. Ieda, encontram-se as memórias da Enchente de 1941 em Porto Alegre, um evento que marcou profundamente a vida de muitos habitantes da cidade, particularmente

do bairro Cidade Baixa, que como diz o próprio nome, era uma região baixa, cortada pelo Arroio Dilúvio e próxima ao Lago Guaíba. De acordo com Candau, a memória das tragédias coletivas é um recurso identitário que contribui para definir o campo do memorável. É uma memória forte, de sofrimentos e de infortúnios, que segundo o autor “deixa traços compartilhados por muito tempo entre aqueles que sofreram” (CANDAU, 2011, p. 72). Para seu Traunetti a enchente de 1941 está associada ao nascimento de sua irmã. Diz ele:

Minha irmã, um pouco mais velha, nasceu quase em cima do balcão da ferragem dos meus pais, na esquina da Rua João Alfredo com a Baronesa e minha mãe para se livrar da água, ficou em cima do balcão, grávida e sozinha, porque o meu pai saiu acudindo outras pessoas e caiu uma cadeira na cabeça dele e ele foi para o Pronto Socorro. Sua mãe não sabia de nada e quem a levou para ter a criança foi à polícia, de lancha (Entrevista 1- S. T).

Reproduzimos abaixo uma das raras fotos da Enchente de 1941 na Cidade Baixa, com destaque à direita, para o prédio do Pão dos Pobres e do barco transportando a população (Figura 1):

Figura 1. Enchente de 1941 na Cidade Baixa. Acervo Lassalista



Entre outras referências culturais comuns ao seu Traunetti e dona Ieda estão às memórias do Arroio Dilúvio, do Carnaval da Rua João Alfredo, da Igreja do Pão dos Pobres e do Areal da Baronesa. Sobre o Arroio Dilúvio, seu Traunetti revela que muitas vezes andou de barco no Dilúvio, que passava atrás da Rua da Margem (atual João Alfredo). Ele relembra o comércio realizado pelos barcos no Arroio Dilúvio:

Era cômodo para a mãe que chegava no fundo do quintal que dava para o Riacho comprar do lenheiro, do padeiro e do galinheiro que ali passava. O comér-

cio era todo pelo Riacho, inclusive o alcochoeiro, que não existe mais, e que vinha com uma máquina de costura dentro do barco. Aí ele descia, abria os nossos colchões, lavava a lã, abria a lã e depois fazia o colchão na máquina. Tinha também as lavadeiras do Riacho, a Cantalice, uma preta gorda, foi uma das últimas (Entrevista 1- S.T).

D. Ieda conta que com o aterro do Arroio Dilúvio, na década de 1940, a terreira de umbanda foi construída em cima do lugar onde passava o Riacho e que alguns moradores perderam suas casas depois do aterro. A seguir, reproduzimos uma foto do Arroio Dilúvio, quando passava atrás da Rua da Margem, com destaque para o barco carregado de lenha (Figura 2).

Figura 2. Arroio Dilúvio. Acervo Fototeca Sioma Breitman, MJF.



Outra referência cultural comum nas narrativas orais de seu Traunetti e D. Ieda é o Areal da Baronesa, referência ao local onde ficava a chácara do Barão e da Baronesa do Gravataí na metade do século XIX. De acordo com Irene Santos (2010), a Baronesa já viúva loteou e vendeu suas terras, que passaram a ser ocupadas por libertos e imigrantes italianos (SANTOS, 2010). Seu Traunetti conta que do lado da casa onde morava, havia uma ponte, que ligava o Areal da Baronesa à Rua João Alfredo e que era comum presenciar a passagem de feridos pela ponte, após os conflitos entre os moradores do Areal. De acordo com ele:

Quando uma avenida (conjuntos de casebres) entrava em guerra com a outra, sempre sobrava um esfaqueado. As vítimas atravessavam a ponte e caíam. A minha mãe sempre tinha água destilada e panos limpos para socorrê-los e muitos morriam (Entrevista 1- S.T).

Eduardo Kersting (1998), em seu estudo sobre a Colônia Africana em Porto Alegre, mostra como foram construídas representações que associavam o perigo, a criminalidade e os vícios aos bairros negros da cidade. Observa-se que seu Traunetti se apropria dessas representações hegemônicas que circularam na cultura local e relembra do Areal da Baronesa como um local de conflitos. Ele relata ainda, que o pessoal que saiu do Areal da Baronesa formou a Vila Napa, na Lomba do Pinheiro.

As memórias de seu Traunetti e D. Ieda se entrecruzam novamente quando relembra o Carnaval da Rua João Alfredo. Para seu Traunetti “o carnaval era o principal divertimento do bairro”. Ele comenta que era um carnaval intenso, que seu pai passava semanas trabalhando na ornamentação e que eram os próprios moradores da zona que colocavam lâmpadas e bandeirinhas nas ruas, desde a Avenida Getúlio Vargas até a Rua João Alfredo:

Na hora do carnaval vinham parentes, vizinhos e sentavam-se no cordão da calçada da Rua João Alfredo. Tinha os blocos do Areal da Baronesa, do Barão, tinha também o Lupicínio Rodrigues, que morava no sobrado da Rua João Alfredo onde hoje é o bar *Be Happy*. Ele era meu inquilino e o filho dele, o Lupi, nasceu ali. Muitas vezes a esposa do Lupicínio ia trabalhar, ela era cabeleireira, e deixava o Lupi júnior com a minha mãe na ferragem (Entrevista 1- S.T).

Também nas memórias de D. Ieda o Carnaval da Rua João Alfredo é lembrado como uma festa da comunidade, porém de forma nostálgica:

Criei meus seus três filhos, dois meninos e uma menina, assistindo o carnaval, sentados no cordão da calçada e levava coberta, mamadeira, cadeirinhas e aí ficavam sentados. Vinha a família toda, a comunidade toda e era bem diferente de hoje, não era tão grande, não era tão luxuoso, não precisava muita coisa, tinha os blocos Trevo de Ouro e um que era só de mulher, as Iracemas, só de índias. Tinha banda, baile das crianças, colombinas, pier-rôs, que hoje não tem mais (Entrevista 1- I.S.).

A seguir, reproduzimos uma foto do Carnaval da Rua João Alfredo, com destaque para a ornamentação da Rua com bandeirinhas, das crianças que participavam do carnaval junto com seus pais e do Rei Momo seguido por um bloco (Figura 3).

Figura 3. Carnaval da Rua João Alfredo. Fototeca Sioma Breitman, MJF.



Outra referência cultural comum aos entrevistados é a Igreja do Pão dos Pobres. Seu Traunetti conta que participou da construção da Igreja, que cantava a Ave Maria nos casamentos e que seu tio casou na capela do Pão dos Pobres. D. Ieda diz que se criou dentro da Igreja do Pão dos Pobres, que foi batizada e crismada nessa igreja, que lá se casou e que cantava no coro da Igreja. De outro lado, narra que acompanhava sua mãe no Centro Espírita Bezerra de Menezes, que existe até hoje na Rua João Alfredo, próximo ao Museu e relembra como se iniciou na Umbanda:

No dia 2 de fevereiro, dia da Nossa Senhora dos Navegantes, Iemanjá para nós, que saía do Guaíba, da Usina, bem perto, nós fomos ver, eu e meu esposo. E aí eu me senti mal e meu caboclo chegou. Eu não sabia o que era, nem meu marido que se assustou. Então aquilo não parava, me dava meio dia, seis horas, meia noite, aí uma senhora falou com a minha mãe: Por que a senhora não leva a Iedinha na vovó Gabriela”, que era um casebrezinho, na Avenida. Aí fui lá, ela me benzeu, meu caboclo chegou, disse o nome, falando em Guarany, riscou o ponto e aí ela disse que eu tinha mediunidade, que tinha que entrar para a Umbanda. Eu tinha dezenove e recém tinha casado. Atualmente, aqui no Brasil eu tenho uns mil, mil e quinhentos filhos, em Santa Maria, Bagé, Dom Pedrito, Porto Alegre (Entrevista 1- D. Ieda).

D. Ieda lembra que se iniciou na Nação com a mãe Izaura de Oyó. De acordo com Ari Oro, Oyó é a nação do batuque mais antiga do Rio Grande do Sul e teria vindo da cidade de Rio Grande para Porto Alegre, sendo cultuada no Areal da Baronesa e no Mont Serrat onde se situavam as principais casas deste culto. Dona Ieda relata que possui conexões religiosas no Uruguai e na Argentina:

Eu fui convidada para ir a Montevideu numa festa religiosa, de vinte babalorixás. O Pai

de Santo que nos recebeu me convidou para trabalhar com ele, me escolheu para cuidar da Linha Cruzada. Eu comecei pelo Uruguai e hoje atendo na Argentina, no Uruguai bem menos, já faz trinta e cinco anos que eu vou e lá eu fiz muitos filhos de religião. Comecei a ir de ônibus, depois ia de carro e hoje eu vou de avião (risos). Eu vou seis, sete vezes por ano (Entrevista 1- I.S.).

Ari Oro (2002) aponta a transnacionalização do batuque e demais religiões afro-brasileiras para os países do Prata, A experiência religiosa de mãe Ieda, como babalorixá no Uruguai e na Argentina confirma essa transnacionalização ou diáspora da Umbanda nos países do Prata e contribui que contribui para produzir novas hibridações nos cultos afro-brasileiros.

Por último, registramos as memórias de seu Traunetti e de D. Ieda sobre o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, criado em 1979 e cuja primeira sede situava-se à Rua Lopo da Costa, nº 291, no bairro Cidade Baixa. Em 1982, após a restauração do Solar Lopo Gonçalves, o Museu de Porto Alegre foi transferido para esse Solar onde se encontra até hoje, na Rua João Alfredo, 582, no bairro Cidade Baixa. Em 1993, o Museu passou a chamar-se Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo em homenagem ao professor Joaquim José Felizardo, primeiro Secretário da Cultura da cidade de Porto Alegre.

Como afirmaram com muita propriedade Mário Chagas e Claudio Storino, “os museus operam com memórias e patrimônios e fazem parte das necessidades básicas dos seres humanos” (CHAGAS; STORINO, 2007, p. 6). Nas narrativas orais de seu Traunetti, as memórias sobre o Museu retrocedem a época em que o Solar Lopo Gonçalves foi vendido pelos herdeiros de Lopo ao Sr. Albano Volkmer, em 1946:

Naquela época meu pai, meu tio e meu padrinho se uniram para comprar o Solar, mas foi o doutor Albano, imigrante alemão, quem comprou o Solar, para morar com sua esposa e filha e os empregados da sua Fábrica de Velas. A Fábrica de Velas de seu Albano ficava próxima a Ponte de Pedra e as velas produzidas na Fábrica de Velas eram secadas ao sol, em bandejas grandes, por todo o pátio do Solar que tinha um tanque enorme onde as velas eram jogadas para esfriar a cera (Entrevista 1- S.T).

Seu Traunetti lembra que na época em que seu Albano Volkmer morava no Solar, “ele ficou uma semana morando com eles, porque seus pais viajaram para Buenos Aires”. Lembra que a esposa de seu

Albano, dona Alice, “era uma das maiores orquídeas de Porto Alegre, que cultivava orquídeas na parte inferior do Solar”. Ele se diz “apaixonado pelo Museu e pela Magnólia centenária que ornamenta seu jardim” (Entrevista 1- S.T). Ele lembra também do Museu como o local onde funcionou “o primeiro sindicato da indústria e do comércio”. Zita Possamai coloca que essa noção foi construída nas narrativas de jornalistas, arquitetos, historiadores e artistas nos jornais locais, na década de 1970, para defender a preservação do Solar (POSSAMAI, 2001).

D. Ieda lembra que visitou o Museu quando participou da exposição sobre as religiosidades do bairro Cidade Baixa, na década de 1990. Ela diz que o Museu é muito importante porque “enquanto tudo muda tão depressa no bairro, o Museu continua lá, guardando a nossa memória” (Entrevista 1- Ieda). Essa representação do Museu como guardião das memórias coletivas se relaciona também a capacidade evocativa propiciada pelo próprio prédio, um Solar construído na primeira metade do século XIX.

Em ambos os casos, os entrevistados atribuíram ao Museu um valor afetivo, com vinculações subjetivas de pertencimento e reconheceram o Museu como um patrimônio cultural do bairro atribuindo-lhe a função de “guardião” de memórias da comunidade. Concluímos que as narrativas orais dos sujeitos sociais entrevistados no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo contribuem para integrar um conjunto diverso de bens culturais na categoria de patrimônio cultural da cidade, a maior parte constituída de patrimônios culturais imateriais.

Neste processo de escuta e registro de memórias de sujeitos sociais da comunidade do bairro Cidade Baixa, o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo tornou-se um elemento mediador, que permitiu que cidadãos de Porto Alegre lá realizassem articulações importantes entre o passado e o presente da cidade e assim, cumpriu uma função social importante, a de possibilitar que os moradores de seu entorno exercessem o direito às suas memórias e reconhecessem e valorizassem seus patrimônios culturais cotidianos, entre eles, o próprio Museu. Esses são resultados parciais e provisórios que, como sugere o historiador britânico Alistair Thomson, evidenciam que, assim como há referências culturais comuns aos indivíduos de uma comunidade, há também uma diversidade de significados atribuídos aos seus bens culturais.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHAGAS, Mário; STORINO, Claudia. Os Museus são bons para pensar, sentir e agir. *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 3, p. 6-8, 2007.
- KERSTING, Eduardo. Índícios em Representações: Denominações em torno da Colônia Africana. *Anos 90 Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, v. 6, n. 9, 1998.
- MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: Como Fazer Como Pensar*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONTEIRO, Charles. *Breve História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da Cidade, 2012.
- ORO, Ari. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 24, n. 2, p. 345-384, 2002.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- POSSAMAI, Zita. *Nos Bastidores do Museu: Patrimônio e Passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- SANTOS, Irene. *Colonos e Quilombolas: Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Blumenau: Nova Letra, 2010.
- SILVA, Ieda Maria Juliana da. [Entrevista com Ieda Maria Juliana da Silva]: Projeto de Pesquisa ULBRA. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, 2011.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997.
- TRAUNETTI, Sérgio. [Entrevista com Sérgio Traunetti]: Projeto de Pesquisa ULBRA. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, 2011.